

# Conflitos socioespaciais na Praça da Bandeira em Presidente Prudente-SP

Bruna Eduarda de Lima Santos e Felipe da Silva Paulino

**Orientadores:** Prof. Ms. Victor Martins de Aguiar e Profa. Ms. Yeda Ruiz Maria (Unoeste).

**Pesquisa:** Iniciação Científica, Universidade do Oeste Paulista, 2018-19.

Inicialmente dividida em duas áreas (Oeste e Leste), a cidade de Presidente Prudente-SP se desenvolveu a partir da Estrada de Ferro Sorocabana. Com a expansão urbana, viu-se a necessidade de novos espaços públicos, que levou à implantação da Praça da Bandeira (1925) ao lado da estação ferroviária. A construção do viaduto Comendador Tannel Abbud (1970) e a implantação do "Camelódromo" (2000) acarretaram a descaracterização e a diminuição do uso da praça, consequentemente, moradores em situação de rua passaram a ocupá-la. O objetivo deste trabalho foi observar e compreender as dinâmicas e os conflitos entre o comércio

informal e os moradores de rua na área. Para tanto, foram necessárias observações diretas na praça a fim de registrar suas práticas espaciais. As observações foram complementadas com levantamentos bibliográficos e documentais, que demonstram que os processos de intervenção realizados no local pelo poder público acabam por reforçar uma ideia estigmatizada e higienista sobre os espaços públicos. Essas intervenções desconsideram a ocupação humana dos moradores de rua e dos comerciantes informais, forçando-os ao afastamento e a realocação espacial, colocando-os cada vez mais à margem da sociedade.

**Palavras-chave:** moradores de rua; comércio informal; Presidente Prudente-SP.

## Socio-spatial conflicts at Praça da Bandeira in Presidente Prudente-SP

Initially divided into two areas (West and East), the city of Presidente Prudente-SP has developed starting from the *Estrada de Ferro Sorocabana*. The city urban expansion meant a need for new public spaces, so the Praça da Bandeira (1925) was built next to the train station (1919). Because of the construction of the Comendador Tannel Abbud viaduct (1970) and the implantation of the *Camelódromo* (a popular street market) (2000), the square lost its original characteristics and use, which consequently, became a place for homeless people to live in. Thus, this work aimed to observe and understand the dynamics and conflicts between the informal market and the homeless people living in the area. In order to do so, direct observations in the square were made so we were able to register spatial practices. The observations were complemented with bibliographical and documents surveys. At the end, we conclude that the government's interventions carried out in the square ended up reinforcing a stigmatized and hygienist idea of how public spaces should be like. These interventions disregard the homeless people and the informal market occupying the Praça da Bandeira, forcing them to move far away from downtown, marginalizing them even more.

**Keywords:** homeless; informal market; Presidente Prudente-SP.

## Conflictos socio-espaciales en la Praça da Bandeira en Presidente Prudente-SP

Inicialmente dividida en dos áreas (oeste y este), la ciudad de Presidente Prudente-SP se desarrolló a partir de la *Estrada de Ferro Sorocabana*. Tras la expansión urbana, hubo la necesidad de nuevos espacios públicos, iniciando la implementación de la Praça da Bandeira (1925), al lado de la estación de trenes (1919). La construcción del viaducto Comendador Tannel Abbud (1970) y la implantación del *Camelódromo* (2000) quitaron el carácter y el uso reducido de la plaza, motivo por el cual los "sin techo" comenzaron a ocuparla. Por lo tanto, el objetivo de este trabajo fue observar y comprender las dinámicas y los conflictos entre el comercio informal y los "sin techo" en el área. Para eso, fueron necesarias observaciones directas en el área para registrar sus prácticas espaciales. Las observaciones se complementaron con análisis bibliográficos y documentales, que demostraron que los procesos de intervención llevados a cabo en el lugar por el gobierno terminaron reforzando la idea higienista estigmatizada de los espacios públicos. Como resultado, estas intervenciones ignoran las ocupaciones humanas por los "sin techo" y comerciantes informales, forzándolos al alejamiento y a la reasignación espacial, poniéndolos cada vez más al margen de la sociedad.

**Palabras clave:** viviendas de la calle; comercio informal; Presidente Prudente-SP.

## 1. O CRÔNICO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Com a estagnação econômica e dos centros urbanos, na década de 1970, houve abertura para apropriação e expansão de novos tipos de comércio dentro das cidades (CLEPS, 2009). Um indicador para medir as taxas do comércio informal foi criado, em 2003, pela 17ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), constatando o crescimento significativo do trabalho informal, a que pode ser entendida como "uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades" (IBGE, 2018, p.41).

A acentuada expansão urbana no Brasil, na segunda metade do século XX, e o crescimento da pobreza interna estritamente relacionada à crise mundial, a partir dos anos 1970, contribuíram para o aumento acentuado da população em situação de rua (SANTOS, 2005). Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua de 2009, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a "ida à rua" se deve ao alcoolismo (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças familiares (29,1%).

[...] "os excluídos" povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas, o ponto essencial é que hoje é impossível traçar fronteiras entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de "exclusão". (CASTEL, 1997 apud QUINTÃO, 2012, p.56).

A Política Nacional para População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009) define a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e sem referência de moradia regular. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

essa população também se caracteriza pela utilização — como moradia e forma de sustento, de forma temporária ou permanente — de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos), bem como de unidades de serviços de acolhimento, para pernoite temporário ou moradia provisória (BRASIL, 2006).

Devido às dificuldades para a reinserção social, mesmo com o avanço de políticas públicas, esses moradores procuram maneiras de sobreviver economicamente, conectando-se diretamente ao comércio informal precarizado: 66,9% exercem algum tipo de atividade remunerada, dos quais 62,1% vivem da coleta de materiais recicláveis (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2010, p.18-19).

Esta dinâmica econômica de subsistência é intrínseca às dinâmicas urbanas da cidade, visto que os moradores de rua ocupam estrategicamente as áreas centrais e "são parte de uma lógica de descarte da cidade, dentro do sistema de limpeza" (QUINTÃO, 2012, p.72). Como já mencionado, o comércio informal é uma saída para muitos moradores de rua em períodos de crise.

Releva-se ainda o fato de que o emprego formal e o registro em carteira servem como legitimadores da identidade de trabalhador (embora quase a metade dos trabalhadores atue no mercado informal). Desprovidas desta referência, as pessoas em situação de rua, apesar de desenvolverem atividades informais, são, sob a ótica do trabalho, frequentemente consideradas como improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas. (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.49).

A presença dos moradores em situação de rua é cada vez mais corriqueira. Entretanto, mesmo que a sociedade esteja habituada com a presença dessas pessoas no ambiente urbano, percebe-se indiferença em relação às condições sub-humanas que elas vivem. Somado a isso, é perceptível a associação de adjetivos pejorativos, que conseqüentemente materializam as relações sociais e interferem na constituição da identidade dessas pessoas (MATTOS; FERREIRA, 2004).

É importante admitir que o problema é crônico, além de ser uma “utopia pretender, portanto, que políticas públicas possam reintegrar toda a população e impedir que novos moradores de rua surjam nos centros urbanos” (SCHOR, 2010, s.p.). Este processo de reconhecimento do tamanho da problemática está na questão de que “existe uma demanda pela ocupação “de espaços públicos por moradores de rua e que “se proponham soluções que respondam a ela” (QUINTÃO, 2012, p.113).

Distinguir as práticas socioespaciais de ocupação do espaço e os aspectos sociais às quais são expostas revela-se significativa no ambiente constituído pela cidade, visto que ele comporta os mais variados tipos de pessoas e, conseqüentemente, classes sociais. São necessários, portanto, parâmetros e diretrizes urbanísticas para que os espaços da cidade sejam utilizados por todas e todos.

Deste modo, este artigo tem como objetivo compreender as dinâmicas, os conflitos e as relações entre o comércio informal e os moradores em situação de rua no uso da Praça da Bandeira, em Presidente Prudente, São Paulo. Fundada entre as décadas de 1920 e 1930, a partir da necessidade de espaços públicos na cidade, a praça atualmente abriga e converge diferentes práticas espaciais. Para tal, foram levados em consideração os registros históricos da área e as intervenções realizadas pelo poder público na Praça da Bandeira, em 2018. Também foram realizados levantamentos de campo em diferentes dias e horários da semana, totalizando oito visitas feitas entre dezembro de 2018 e agosto de 2019, a fim de observar as dinâmicas comportamentais quanto ao uso do espaço entre os moradores de rua, comerciantes e usuários da praça durante o período comercial, pontuando os possíveis conflitos ali existentes.

Após os levantamentos das características físicas e das dinâmicas sociais da praça, as informações foram registradas através de croquis, setorizando as práticas espaciais realizadas ali e nas proximidades, croquis que permitiu, por fim, a elaboração de mapas mentais. Em seguida, diagramas digitais dos mapas mentais foram produzidos com o auxílio do Adobe Illustrator, anexando fotografias

tiradas durante os levantamentos, possibilitando melhor compreensão e visualização da situação da Praça da Bandeira. Todas as características espaciais e dinâmicas locais foram sintetizadas na forma de mapas mentais, conforme propõe Kevin Lynch (1997), buscando evidenciar a percepção e a legibilidade dos espaços públicos.

A fim de destacar as percepções espaciais, também foram realizados levantamentos fotográficos da Praça da Bandeira e do baixo do viaduto Comendador Tanel Abbud durante o processo de estudo. As fotografias foram editadas, desfocando os rostos dos usuários do espaço, preservando a identidade e mantendo a privacidade dos transeuntes da área. As imagens também foram editadas com o propósito de destacar pontos específicos, considerados importantes durante os levantamentos. As observações diretas da praça foram complementadas com revisão bibliográfica, pesquisas em bancos de teses e dissertações e artigos científicos que deram o aporte teórico sobre moradores em situação de rua, comércio informal, práticas espaciais e espaços públicos.

## **2. ANTECEDENTES URBANOS**

Apresenta-se a seguir a concepção da Praça da Bandeira, no município de Presidente Prudente-SP, seu processo histórico e como ela é vista atualmente. Deste modo, expõe-se: a localização do município, seu desenvolvimento e divisão; a criação da Praça da Bandeira, apontando as construções e apropriações que foram acrescentadas no perímetro; e, por fim, os recentes processos de “revitalização” do espaço pelo poder público (2018-2019), destacados por meio de visitas ao local e informações obtidas por reportagens da mídia local, que buscam identificar e discutir como esses impactaram nas relações socioespaciais entre os moradores em situação de rua e os comerciantes informais.

### **2.1. COMPREENSÃO E RECONHECIMENTO DA ESPACIALIDADE**

Para analisar negociações e conflitos em espaços públicos, como na Praça da Bandeira, é necessário relacioná-las com a estrutura espacial da cidade. Sendo

assim, Presidente Prudente, cidade média localizada a 560 km da capital São Paulo, não foge à regra das demais cidades médias paulistas que se constituíram e desenvolveram a partir da implantação da Estrada de Ferro Sorocabana (PEREIRA, 2002).

A estrada de ferro, porém, não apenas desempenhou um importante papel nos anos 1910 com a chegada da população rural e do capital econômico nessa região do Estado de São Paulo, como também foi responsável por dividir a cidade de Presidente Prudente em dois núcleos: o lado Oeste, regularmente plano, idealizado por um agrônomo e comercializado pelo Coronel Goulart, cujas terras, nas primeiras décadas, rapidamente foram vendidas e formaram o quadrilátero central da cidade; e o lado Leste, a atual Vila Marcondes, que teve como principal atrativo nos anúncios de comercialização dos seus lotes a fertilidade do solo íngreme (ABREU, 1972).

Entre as décadas de 1920 e 1930, houve necessidade de estabelecer relações espaciais entre os edifícios de Presidente Prudente e suprir a necessidade de espaços públicos (ABREU, 1972). Assim, a partir de 1925 foi implantada a Praça da Bandeira, próxima à divisa entre os dois núcleos iniciais e em um local de ampla circulação, devido à estação ferroviária.

Desde há muitos anos que as várias administrações municipais solicitavam à direção da ferrovia esta providência sem qualquer resultado. A solução foi a própria Prefeitura construir o logradouro que depois tomou o nome de Praça da Bandeira. (ABREU, 1972, p.315).

Localizada entre a Avenida Brasil e a linha férrea Sorocabana, a Praça da Bandeira (FIG. 1) teve, durante anos, um caráter de integração e convívio social para os moradores do município e visitantes. Nos anos 1950, com o declínio do transporte ferroviário, houve, conseqüentemente, a diminuição no uso da praça e na centralidade que ela representava. Em contrapartida, cresceu o fluxo de automóveis e aumentaram os problemas de mobilidade urbana na cidade (AGOSTINHO, 2009).

A construção do viaduto Comendador Tanel Abbud, em 1970, buscava melhorar

o acesso dos automóveis à Vila Marcondes, porém, não houve preocupação do poder público com o contexto local e as conseqüências da implantação da estrutura viária na paisagem urbana. Diante disso, Hirao pondera que:

[...] este objeto elevado interferiu nos espaços das praças do lado da Estação, Bandeira, e na da Igreja Anchieta, tornando-se protagonista da paisagem em detrimento dos outros importantes equipamentos e monumentos históricos do entorno. Seu volume desproporcional em relação ao contexto natural e construído descaracterizou o lugar, comprometendo as apropriações socioespaciais e minimizaram as possibilidades de visualizar as referências como a estação ferroviária, a Praça da Bandeira e a igreja da Vila Marcondes. (HIRAO, 2016, p.7).

O entorno do viaduto acabou se revelando uma barreira física e visual para a Praça da Bandeira, além de alterar seu desenho inicial (BISPO, 2011). Somado a isso, houve, em 2001, a implantação de um shopping popular (Camelódromo), o que comprometeu ainda mais a utilização da praça como área de lazer. A implantação do Camelódromo se deu a pedido da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente.

No ano de 2001, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDECO) da Prefeitura Municipal encaminha o ofício nº 856/01 ao Ministério Público Estadual, pedindo que os vendedores ambulantes que se encontravam no centro da cidade fossem transferidos para a Praça da Bandeira. Segundo as partes requerentes, havia a disponibilidade da área há vários anos, sendo provisória a transferência dos camelôs para aquela área pública, uma vez que outra área seria procurada para permanência definitiva dos mesmos. (AGOSTINHO, 2009, p.46).

Os shoppings populares, geralmente denominados pela sociedade como "camelódromos" são empreendimentos imobiliários criados e, na maioria das vezes, incentivados pelo poder público a fim de



**FIG. 1:**

Mapa da situação da Praça da Bandeira na cidade de Presidente Prudente-SP, sem escala.

Fonte: Google Maps, editado pelos autores, 2019.

haver certo controle (mesmo que indireto) dessa forma de produção econômica informal (CLEPS, 2009). Tal apropriação no espaço urbano acaba revelando como as relações socioeconômicas e culturais interferem na organização social e na vivência do espaço já produzido.

A implantação desse estilo de comércio na cidade de Prudente foi fortalecida pela prefeitura municipal, que investiu em infraestrutura para a permanência dos boxistas, sob a justificativa do baixo uso da praça antes da chegada dos comerciantes informais e sua descaracterização histórica, sendo prerrogativas para o poder público apresentar inúmeros projetos de revitalização do local. A última proposta foi realizada em 2017.

Está prevista a demolição dos estabelecimentos situados embaixo do Viaduto Tannel Abbud, que darão lugar à Praça de Alimentação do Camelódromo, como também será derrubado o muro paralelo à linha férrea. Apenas a Junta Militar

permanecerá no local. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2017b, s.p.).

A demolição das preexistências no baixo do viaduto para a implantação de novos usos não leva em consideração nenhuma dinâmica existente na Praça da Bandeira, já que não apresenta nenhum projeto para a reinserção dos moradores em situação de rua que vivem ali. Também é perceptível que tais projetos, nos últimos anos, seguem outra perspectiva de "revitalização da praça" e, possivelmente, nascem da pressão do Ministério Público Estadual (MPE) para a regularização do Camelódromo (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2017a).

É ainda mais grave verificar que não há nem mesmo uma citação nos projetos a respeito da presença da população em situação de rua. Mesmo assim, no segundo semestre de 2018, foi iniciada uma obra de reforma parcial da praça.

No local, será retirado o alambrado que cerca a praça, para facilitar o acesso e a circulação das pessoas pelo espaço. Arbustos, árvores e outros elementos

paisagísticos também passarão por adequações, para tornar a praça mais clara e arejada, explicou a Prefeitura. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2018, s.p.).

Após a reforma da praça, que reconfigurou parcialmente as dinâmicas da localidade, em março de 2019 a prefeitura de Presidente Prudente notificou os comerciantes a respeito da demolição dos estabelecimentos implantados sob o viaduto Tanel Abbud. A demolição tinha como objetivo executar o projeto de "revitalização da área", reconectando a área central à Zona Leste, onde "30 comerciantes da área terão de deixar os boxes", já que não estavam devidamente regulamentados, de acordo com o decreto de 2004 (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019a, s.p.).

Com relação às benfeitorias realizadas em 2018 houve melhorias e reparos significativos na praça em relação à infraestrutura, como a pavimentação nova e instalação de mobiliários urbanos (bancos, lixeiras e parquinho para as crianças). Alguns equipamentos para melhorar a acessibilidade também foram adicionados: rampas de ligação e passagem de um espaço para outro, corrimões e sinalização tátil na paginação do piso.

Antes da notificação de março de 2019, cerca de 34 comerciantes, em fevereiro do mesmo ano, foram intimidados a deixar o local, mas apenas um acatou, o que indica que o projeto enfrentou resistência e adiamento de prazos por parte dos comerciantes e da própria prefeitura. Tal fato decorre de os boxistas dependerem financeiramente da renda do comércio na Praça da Bandeira, visto que o local é uma centralidade (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019b).

No pedido feito à Justiça, de suspensão da retirada dos boxes que excedem ao número de 240, o procurador do município Pedro Anderson da Silva argumentou que a retirada destes comerciantes causaria problemas sociais para as famílias que dependem financeiramente do Camelódromo (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019b, s.p.). Atitudes similares impostas pelo poder público mostram o despreparo em lidar com projetos que afetam diretamente a população, descartando ou "tirando de cena" a população mais fragilizada.

Como parte do projeto de revitalizar a região central e reconectá-la à zona leste, os imóveis construídos sob o viaduto Comendador Tanel Abbud, em Presidente Prudente, serão demolidos, permitindo a unificação de ambos os lados da linha férrea. No local, será instalada uma espécie de praça de alimentação, para onde serão remanejados os boxistas do Camelódromo que trabalham com gêneros alimentícios. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019a, s.p.).

Após a demolição das construções embaixo do viaduto e a remoção dos boxistas, em junho de 2019, a justiça mandou suspender a liminar.

A ordem de desocupação dos boxes atendia a uma determinação da própria Justiça que, entre outras exigências, obrigou o município a reduzir o número de boxistas instalados no Shopping Popular para 240, conforme previsto no decreto 16.462/2004, de autoria do próprio Poder Executivo. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019b, s.p.).

A decisão foi proferida após o Ministério Público Estadual (MPE) apontar possíveis irregularidades no cadastramento dos boxistas, solicitando esclarecimento sobre o processo adotado pela prefeitura. Após a suspensão da ação do poder público, o MPE determinou o prazo de "20 dias para que a prefeitura de Presidente Prudente esclareça os questionamentos proferidos pelo MPE", nos quais pontua que as informações passadas não espelham a realidade dos comerciantes do local (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019c, s.p.).

Em menos de um mês após a decisão judicial em suspender a retirada dos boxistas, a Prefeitura Municipal deu parecer favorável à empresa Spall Engenharia para a realização das obras envolvendo o Camelódromo.

Com proposta de R\$ 2.956.042,05, a construtora ficou à frente de outras seis concorrentes, que sugeriram valores mais elevados para a empreitada. A abertura dos envelopes com as propostas financeiras ocorreu na tarde desta quinta-feira (18), no

Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019d, s.p.).

A documentação ainda deve passar pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SOSP), que após emitir o parecer favorável, oficializará o vencedor pelo poder público (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019d, s.p.). Em nenhum momento, durante as reportagens ou até mesmo nas declarações públicas, a prefeitura deu esclarecimentos sobre os moradores em situação de rua na área do camelódromo.

Em setembro, o município solicitou à Justiça uma audiência de conciliação com o objetivo de resolver os trâmites do processo da reforma do camelódromo. Em entrevista ao G1, o procurador do município Pedro Anderson da Silva destacou a urgência em solucionar os impasses que envolvem o camelódromo, "pelo fato de que já houve a finalização da licitação para a contratação da empresa que realizará as obras de revitalização daquele espaço" (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019e, s.p.).

Após o pedido de audiência de conciliação, o promotor de Justiça Jurandir José dos Santos declarou em documento direcionado a Vara da Fazenda Pública que a prefeitura "não tem o domínio da situação do Camelódromo" (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019f, s.p.). No documento, o promotor ainda faz alerta quanto à importância de tomar providências a fim de evitar que apropriações indevidas sejam realizadas por quem não deveria ser "dono" de boxes no local, já que o cadastramento realizado pela Prefeitura Municipal "não espelha a realidade" (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019f, s.p.).

Durante a audiência, solicitada no dia 26 de setembro de 2019, foi estabelecido que um novo recadastramento fosse feito, dessa vez "com o acompanhamento das polícias Civil e Militar", dada as "ameaças de morte a funcionários públicos e a demais comerciantes" (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019g, s.p.). Foi estabelecida também a data de 15 de outubro de 2019 como limite para que a prefeitura de Presidente Prudente adotasse medidas para providenciar um novo espaço que acomodasse os comerciantes, o que ocorreu no dia previsto.

Os boxistas que trabalham no Camelódromo localizado na Praça da Bandeira, no Centro de Presidente Prudente (SP), serão transferidos para o Parque de Uso Múltiplo (PUM), na Vila Euclides, durante o período em que estiverem em andamento as obras de reforma do chamado Shopping Popular. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019h, s.p.).

A definição do novo local para a implantação dos comerciantes informais foi tomada pela Prefeitura Municipal e pelo Ministério Público, decisão proferida na presença e com a participação dos próprios comerciantes. Foi firmado, portanto, que "todos os boxistas deverão providenciar, às suas próprias custas, a transferência de seus negócios da Praça da Bandeira para o PUM" (Parque de Uso Múltiplo) e "adotar as providências necessárias quanto à segurança e à limpeza de seus boxes, bem como a instalação da energia elétrica em suas unidades" (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019h, s.p.). A decisão culminou em insatisfação por parte dos boxistas.

Os trabalhadores se reuniram no Camelódromo, na Avenida Brasil, percorreram em passeata o Calçadão da Rua Tenente Nicolau Maffei e seguiram até a Prefeitura, onde apresentaram o descontentamento por meio de faixas, palavras de ordem e buzinaço. (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019i, s.p.).

A notícia da transferência do Camelódromo para o PUM não foi bem recebida pelos comerciantes informais. No protesto realizado em 21 de outubro de 2019, os boxistas destacaram as desvantagens que causariam ao comércio e também aos usuários do espaço destinado a práticas esportivas (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019i).

A passeata que contou com cerca de trezentas pessoas terminou com uma reunião inesperada entre os representantes dos comerciantes informais e o prefeito da cidade. Os protestantes destacaram a falta de articulação com os boxistas por parte do poder público ao tomar a decisão de transferir os comércios para o

PUM e exigiram uma nova área no centro da cidade para a implantação do Camelódromo, durante o período da reforma. A prefeitura acatou as reivindicações, mas manteve ressalvas, descartando "a realização parcial das obras de reforma do Camelódromo", o que acarretou o remanejamento de todos os boxes da área (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019i, s.p.).

Em nenhum momento, durante as reportagens ou até mesmo nas declarações públicas, a prefeitura deu esclarecimentos sobre os moradores em situação de rua na área do Camelódromo e quais providências pretendiam tomar quanto às apropriações humanas existentes no perímetro da Praça da Bandeira, visto que essa população já fora prejudicada durante o processo de demolição dos edifícios debaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud.

O Governo de Presidente Prudente lamenta os transtornos, mas reitera que as melhorias no Camelódromo são necessárias para garantir a integridade física dos consumidores e dos próprios comerciantes, uma vez que o espaço demanda adequações hidráulicas, elétricas, de acessibilidade urgentes. A reforma também visa a valorizar aquele que é o principal ponto de comércio popular da região (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019j, s.p.).

Esta situação demonstra que os projetos urbanos e reformas similares a da Praça da Bandeira não levam em conta nenhum tipo de atividade ali exercida, são pautados apenas pela mudança da imagem do espaço público, funcionando como *city marketing* (VARGAS, 2003). A principal preocupação do poder público, portanto, focada apenas na retirada forçada e imediata dos boxistas, apresenta diretrizes nebulosas para o uso do local após a finalização do processo de reforma e revitalização do Camelódromo. Consequentemente, o processo de realocação dos comerciantes muito se assemelha a projetos anteriores aplicados pela prefeitura, como foi o caso da reforma da Praça da Bandeira no ano de 2018, que impôs o redirecionamento dos moradores em situação de rua para outras áreas da cidade.

### 3. PERSPECTIVAS SOCIOESPACIAIS

#### 3.1. RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS LEVANTADAS EM VISITAS *IN LOCO* NA PRAÇA DA BANDEIRA

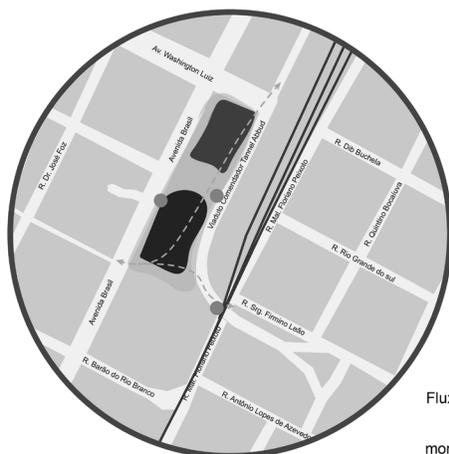
A Praça da Bandeira, desde sua fundação em 1925, é um espaço utilizado para encontro e lazer da população. A reforma e revitalização da área, realizada pelo poder público em novembro de 2018, trouxe, de certa forma, maior visibilidade ao local e buscou retomar a representatividade histórica que a praça possui na cidade.

A primeira visita de campo à Praça da Bandeira foi realizada no dia 20 de dezembro de 2018, por volta das 9h. Ao acessar o local, por meio da Avenida Brasil, a primeira percepção foi quanto à concentração das pessoas em pontos específicos (Camelódromo, área central da Praça e bancos espalhados pela mesma); os usuários, na maioria das vezes, estavam sentados nos bancos. A idade deles não variava muito, com recorte de 40 a 60 anos. Quando foram vistas crianças, estavam acompanhadas dos pais ou responsáveis.

O predomínio de homens na praça era maior do que o de mulheres, possivelmente trabalhadores do Camelódromo ou do comércio central. É comum a utilização da área central da praça como local de espera, onde há bancos, configurando o espaço para transição e permanência temporária.

A escolha deste espaço central como local de espera se justifica e se revela estratégico, já que a área é aberta, dando aos usuários um amplo campo de visão, além de estar próxima de dois pontos importantes do seu entorno: a Rua Júlio Tiezzi (trajeto usado pelos moradores da Vila Marcondes como meio para cortar caminho) e o centro. Dessa forma, a Praça da Bandeira acaba se constituindo como passagem para os moradores locais, como demonstra o mapa da fig. 2.

Com a reforma promovida pela Prefeitura, em 2018, houve a retirada do alambrado que circundava parcialmente a praça, conferindo a algumas áreas um caráter de permanência, com a instalação de bancos, principalmente na parte central, e de passagem, com os novos caminhos implantados. Alguns brinquedos foram instalados e é possível visualizar usos pontuais em alguns momentos. No dia da visita não foi encontrado nenhum



- Perímetro da Praça da Bandeira
- Camêlôdromo
- Área reformada da Praça da Bandeira
- Linha do trem
- Fluxo Vila Marcondes - Centro
- Área com objetos de moradores em situação de rua

**FIG. 2:**

Mapa do fluxo de pessoas e de objetos de moradores de rua na Praça da Bandeira, sem escala.

Fonte: Google Maps, editado pelos autores, 2019.

morador em situação de rua, porém, havia pertences embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud.

A área embaixo do viaduto, de frente para a praça, era ocupada por moradores em situação de rua e após a intervenção pública, quase não foram mais vistos no local. Nas áreas próximas ao Camêlôdromo é comum encontrar objetos e pertences dos moradores. Apesar da grande movimentação no local, também no dia dessa visita, não foi visto nenhum comerciante ou passante mexendo nos pertences.

Ao atravessar a linha férrea nota-se que na área da Vila Marcondes, principalmente na Praça Nossa Senhora Aparecida, o número de moradores em situação de rua é maior, sobretudo, homens. Situação que possivelmente se intensificou após a reforma da Praça da Bandeira, em 2018, já que estes se viram acudados e expostos às medidas adotadas pelo poder público. Durante a visita foi observada uma senhora embaixo do viaduto cuidando dos seus pertences.

Nessa área havia também um número maior de pertences de moradores em situação de rua, entre os quais colchões, cobertores e caixas de papelão que provavelmente continham objetos pessoais, apresentando certo nível de organização dos objetos por parte dos ocupantes. Não havia cheiro forte ou indício de dejetos ali. Em outro momento na visita foi notado um morador dormindo enquanto uma mulher circundava a área, aparentando cuidar dos pertences.

As festas de final de ano tendem a movimentar o centro de Presidente Prudente, atraindo pessoas não só da cidade

como também de toda região do oeste paulista. Por essa razão, na segunda visita de campo (22 de dezembro de 2018, por volta das 11h), havia um grande fluxo de pessoas nas mediações da Praça da Bandeira. Tal fato decorre do Camêlôdromo, por ser um local de compra popular e reunir diferentes pessoas, constituir-se como uma centralidade. No entanto, foi possível observar que o número e o fluxo de pessoas não eram proporcionais entre o Camêlôdromo e a praça.

As pessoas que ocupavam o espaço entre os boxes do Camêlôdromo variavam entre homens e mulheres, predominantemente acima dos 20 anos de idade, que estavam, em sua maioria, procurando produtos ou permaneciam nos comércios de produtos alimentícios, com locais para se sentar. Enquanto no Camêlôdromo havia uma média de oitenta pessoas, na área remanescente da Praça da Bandeira havia apenas dois homens sentados nos bancos, sendo que o movimento ali se restringia à passagem.

Na visita de campo foi perceptível como o apelo comercial do Camêlôdromo compromete a permanência na Praça da Bandeira. A procura por produtos e a movimentação no comércio gera alguns locais de permanência, sem contribuir, contudo, para a integração, já que esta área é distante da praça, mesmo assim, reforça a sensação de familiaridade pela presença das pessoas das mais variadas idades e gêneros. Tal sensação permite que as pessoas permaneçam mais tempo no espaço junto às áreas de alimentação.

A separação social na praça permaneceu mesmo com a reforma de 2018. No dia da



**FIG. 3:**

Objetos dos moradores de rua ao lado dos antigos edifícios da prefeitura e debaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud na Praça da Bandeira, em 22 de dezembro de 2018.

Fonte: Arquivo dos autores, editado, 2018.

visita, embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud havia moradores em situação de rua (predominantemente homens), roupas, colchões e caixas de papelão. A separação social acaba demarcando o local de cada um, portanto, há poucos indícios de proximidade e relação entre os moradores de rua e os comerciantes informais (FIG. 3).

O primeiro contato com a área, na visita do dia 28 de janeiro de 2019, se deu pela Praça da Bandeira em horário comercial, por volta das 16h30, e percebeu-se o baixo uso do uso, pois poucas pessoas caminhavam pela área.

Foram observados, no perímetro mais movimentado da praça, poucos moradores em situação de rua do sexo masculino, semelhante às outras visitas. Novamente notou-se a apatia dos comerciantes informais e passantes em relação a este grupo a partir do distanciamento que tomavam ao caminhar ali. As pessoas que transitavam na praça alteravam seus trajetos a fim de evitá-los. Outra situação que se repetiu foi em relação à presença dos pertences destes em meio ao Camelódromo

e áreas mais afastadas, apesar da organização ser distinta das anteriores.

Do outro lado do viaduto Comendador Tannel Abbud, na área que dá acesso à Vila Marcondes, a situação vista anteriormente se repetiu, os mesmos pertences estavam dispostos no pilar do viaduto: colchões, cobertores e caixas de papelão. Além disso, a moradora encontrada nas outras visitas estava próxima aos objetos, e novamente parecia cuidar dos pertences dos demais moradores da área.

Apesar do fluxo de transeuntes embaixo do viaduto e do comércio informal próximo aos pertences dos moradores de rua, durante o período de observação, nenhum dos usuários da área mexeu nos objetos, tratando a situação com certa apatia. Nas visitas de campo pode-se constatar que os objetos permaneciam intactos, mesmo sem a presença dos moradores e que as pessoas ao passarem ali não tinham a intenção de retirar algo.

O mês de fevereiro de 2019 para os comerciantes do Camelódromo, conforme destacado, foi pautado por diversos



**FIG. 4:**

Apropriação dos moradores de rua na Praça de Bandeira e embaixo do viaduto Comendador Tanel Abbud, em 09 de fevereiro de 2019.

Fonte: Arquivo dos autores, editado, 2019.

embates judiciais em razão da notificação da Prefeitura solicitando a retirada dos boxes. Entretanto, como não houve proposta de realocação dos mesmos em outra área, a circulação e a venda de produtos continuaram na Praça da Bandeira.

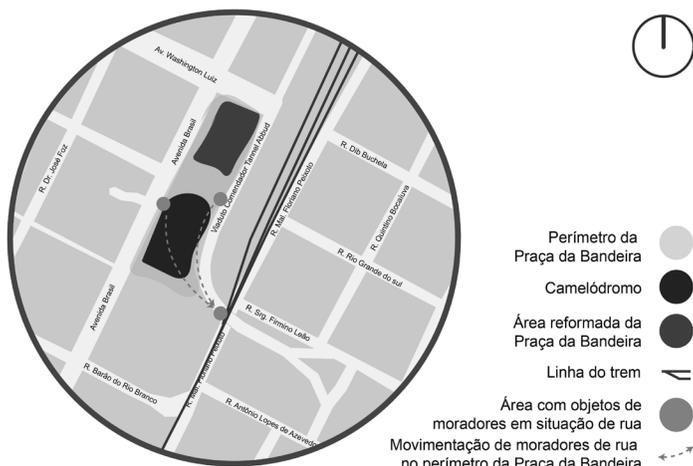
A chegada na praça em outra visita de campo, no dia 09 de fevereiro de 2019, por volta de 9h20, se deu pela Avenida Washington Luiz, no sentido Avenida Brasil. A movimentação de pessoas era baixa, porém foram observados moradores em situação de rua, em sua maioria homens de meia-idade, ainda deitados sobre seus pertences embaixo do viaduto Comendador Tanel Abbud (FIG. 4). Alguns comerciantes abriam os boxes e organizavam os produtos, enquanto os moradores de rua continuavam deitados bem próximos. A impressão que se teve foi de uma situação corriqueira, uma vez que estes pareciam não se importar com a presença dos moradores.

Ao caminhar em direção à Rua Marechal Floriano Peixoto, constatou-se outra forma de apropriação dos moradores de rua embaixo do viaduto. Além de barracas

de camping e da falta de colchões, seus pertences estavam organizados e não mais empilhados, sendo que não havia moradores próximos. Também faziam uso da grade em volta do viaduto como varal para a secagem de roupas.

A visita de campo realizada no dia 16 de março de 2019 ocorreu por volta de 10h30, a partir da entrada principal do Camelódromo, na Avenida Brasil. É uma área com intensa movimentação de pessoas (comerciantes e compradores) durante os dias da semana. Naquele momento, os usuários eram, principalmente, mulheres entre 25 e 50 anos.

Com o processo de demolição das construções embaixo do viaduto Comendador Tanel Abbud conduzido pelo poder público, todo o perímetro da Praça da Bandeira passou por mudanças consideráveis, tanto no âmbito físico quanto comportamental dos usuários. Tais questões foram perceptíveis na visita de campo realizada no dia 19 de julho de 2019, por volta das 15h00. Não havia ninguém na área onde os moradores em situação de rua ou seus pertences sempre



Perímetro da Praça da Bandeira  
 Camêlódromo  
 Área reformada da Praça da Bandeira  
 Linha do trem  
 Área com objetos de moradores em situação de rua  
 Movimentação de moradores de rua no perímetro da Praça da Bandeira

**FIG. 5:** Mapa do fluxo dos moradores em situação de rua em direção ao baixo do viaduto Comendador Tanel Abbud. O processo ocorreu após o início das intervenções realizadas pelo Poder Público no perímetro da Praça da Bandeira, sem escala. Fonte: Google Maps, editado pelos autores, 2019.

eram vistos. Diante disso, a prefeitura de Presidente Prudente instalou boxes provisórios, possivelmente para a realização de feiras. No dia da visita os boxes não estavam em uso.

Na área da Praça da Bandeira havia crianças nos brinquedos, fato possivelmente relacionado ao período de férias escolares. Os adultos, em minoria, não passavam de quatro. Todos de meia idade, sendo dois deles mulheres, que aparentemente olhavam as crianças brincar enquanto permaneciam nos bancos.

Do outro lado do viaduto Comendador Tanel Abbud, após a linha férrea, mudanças também foram percebidas em relação à organização dos pertences, pois boa parte estava amontoada e outra moradora de rua, que não era a mesma das outras visitas, cuidava dos objetos (FIG. 5).

Durante a visita de campo também foi constatado um maior número de moradores de rua e dependentes químicos na linha férrea, principalmente homens. A situação se revela propícia por conta dos muros que a cercam, porém estigmatiza ainda mais um espaço abandonado da cidade (FIG. 6).

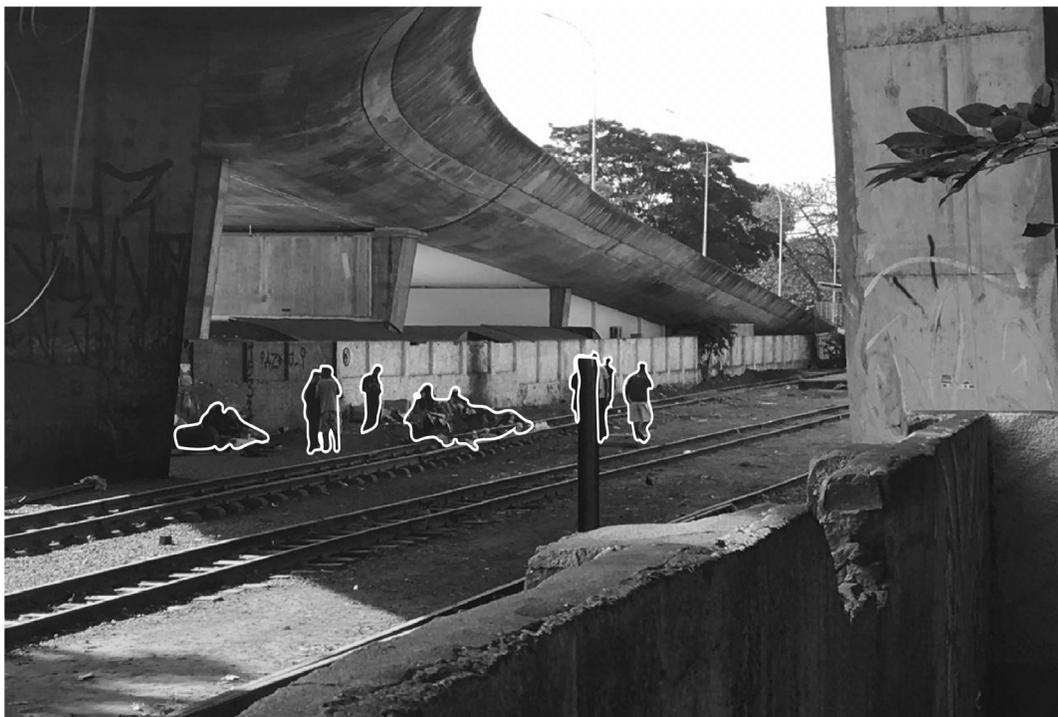
A partir da remoção involuntária dos moradores da praça, pode-se perceber, durante a visita do dia 08 de setembro de 2019, por volta das 08h30, que os moradores se mantiveram nas margens da linha férrea e embaixo do viaduto, onde se encontra um cenário de abandono em relação à limpeza pública e vivência dos moradores que se encontravam nas

proximidades. Roupas e pertences estão misturados ao lixo e a restos de comida, evidenciando claramente o descarte social ocorrido a partir do início do processo de revitalização da praça.

É evidente que as recentes intervenções realizadas na Praça da Bandeira acabaram intensificando e direcionando a ocupação dos moradores de rua para a porção leste da cidade, especialmente na área da Praça Nossa Senhora Aparecida e embaixo do viaduto Comendador Tanel Abbud, locais já depreciados devido à proximidade com a linha férrea. As intervenções, por serem imediatistas, violam direitos sociais com o único intuito de "revitalizar a paisagem degradada", e não contemplam as dinâmicas e contradições das práticas espaciais do espaço.

#### 4. RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NEGLIGENCIADAS

Durante o processo de estudo e análise da Praça da Bandeira pode-se perceber que o poder público do município visou meramente à revitalização parcial do espaço, buscando implantar equipamentos como bancos, lixeiras e brinquedos. Em nenhum momento houve consideração quanto às apropriações e ocupações humanas existentes, seja pelo motivo das notificações de desocupação dos boxes do Camêlódromo ou da demolição das construções embaixo do viaduto Comendador Tanel Abbud, que impactou a permanência dos moradores em situação de rua nas proximidades.



**FIG. 6:**

Moradores de rua na linha férrea de Presidente Prudente, em 19 de julho de 2019.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Durante o período das visitas de campo ficou evidente a divisão da área por ambas as apropriações, tanto a dos comerciantes quanto a dos moradores em situação de rua, enfatizando as barreiras sociais e econômicas ainda existentes no que diz respeito à permanência do local. Com o início das obras de revitalização embaixo do viaduto Comendador Tanel Abbud, os moradores de rua tiveram que redirecionar sua ocupação para a Praça Nossa Senhora Aparecida, sem nenhum apoio do poder público. No que tange aos comerciantes informais, que fazem uso dos boxes do Camelódromo, foi realizado o recadastramento dos mesmos e esses continuam no local aguardando o parecer final sobre o espaço para onde serão transferidos para que a obra ocorra. Entretanto, percebe-se que tal deslocamento, mesmo que provisório, provoca diversas problemáticas sociais para as pessoas que dependem do comércio realizado na Praça da Bandeira como meio de sobrevivência.

Portanto, é conclusivo que há conflitos nas relações entre os comerciantes e os

moradores de rua, que indiretamente disputam entre si o direito de possuir um espaço de permanência dentro do perímetro da Praça da Bandeira. Por outro lado, essas populações enfrentam embates com o poder público, que ao propor projetos similares ao apresentado aqui, expulsam de maneira impositiva e, ao mesmo tempo, indireta os moradores de rua da área.

Por conseguinte, a prefeitura de Presidente Prudente, em seu planejamento urbano e em suas políticas públicas, não fornece respaldos sociais para o uso do local, pois visa apenas a revitalização da paisagem, o que infere diretamente nas dinâmicas socioespaciais exercidas na localidade entre os comerciantes informais e os moradores em situação de rua.

---

## REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Presidente Prudente: Editora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.
- AGOSTINHO, M. V. V. **Reabilitação da área central de Presidente Prudente**: interligando a Praça da Bandeira

ao seu entorno. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BISPO, T. M. S. **As praças centrais de Presidente Prudente-SP**: avaliação do caráter como subsídio para intervenções projetuais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, DF: SAGI, SNAS, 2006.

CLEPS, G. D. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.21, n.3, p.327-339, 2009.

ESQUINCA, M. M. M. **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros da Sé e República**. 2017. Dissertação (Mestrado) — Pós-graduação em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). **Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade e São Paulo, 2010**. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/3\_1275334714.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Comissão criada para a regularização do Camelódromo ganha mais 15 dias para concluir os trabalhos**. 2017a. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/comissao-criada-para-a-regularizacao-do-camelodromo-ganha-mais-15-dias-para-concluir-os-trabalhos.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Reformulação do Camelódromo faz parte de projeto com obras orçadas em R\$ 20 milhões para o Centro de Presidente Prudente**. 2017b. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/projeto-de-reformulacao-do-camelodromo-de-presidente-prudente-contempla-obras-orçadas-em-r-20-milhoes.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura realiza reforma na Praça da Bandeira, mas obras não têm relação com modernização do Camelódromo**. 2018. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2018/09/06/prefeitura-realiza-reforma-na-praca-da-bandeira-mas-obras-nao-tem-relacao-com-modernizacao-do-camelodromo.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Imóveis sob viaduto serão demolidos para reforma do Camelódromo**. 2019a. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/03/07/imoveis-sob-viaduto-serao-demolidos-para-reforma-do-camelodromo.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Justiça concede prazo de mais 30 dias para a saída de boxistas do Camelódromo de Presidente Prudente**. 2019b. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/03/19/justica-concede-prazo-de-mais-30-dias-para-a-saida-de-boxistas-do-camelodromo-de-presidente-prudente.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Justiça suspende remoção de boxistas do Camelódromo após MPE apontar possíveis irregularidades**. 2019c. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/06/25/justica-suspende-remocao-de-boxistas-do-camelodromo-apos-mpe-apontar-possiveis-irregularidades.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Construtora de São Paulo apresenta menor proposta para as obras de revitalização do Camelódromo**. 2019d. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/07/18/

construtora-de-sao-paulo-apresenta-menor-proposta-para-as-obras-de-revitalizacao-do-camelodromo.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Com "pressa" em encontrar solução para o Camelódromo, Prefeitura pede à Justiça audiência de tentativa de conciliação**. 17 set. 2019e. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/09/17/com-pressa-em-encontrar-solucao-para-o-camelodromo-prefeitura-pede-a-justica-audiencia-de-tentativa-de-conciliacao.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura de Presidente Prudente 'não tem o domínio da situação do Camelódromo', afirma promotor de Justiça**. 21 set. 2019f. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/09/21/prefeitura-de-presidente-prudente-nao-tem-o-dominio-da-situacao-do-camelodromo-afirma-promotor-de-justica.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Com acompanhamento policial, Prefeitura e Ministério Público farão recadastramento de todos os boxistas do Camelódromo**. 26 set. 2019g. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/09/26/com-acompanhamento-policial-prefeitura-e-ministerio-publico-farao-recadastramento-de-todos-os-boxistas-do-camelodromo.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Boxistas serão transferidos para o Parque de Uso Múltiplo durante o período de reforma do Camelódromo em Pres. Prudente**. 15 out. 2019h. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/10/15/boxistas-serao-transferidos-para-o-parque-de-uso-multiplo-durante-o-periodo-de-reforma-do-camelodromo-em-presidente-prudente.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Após protesto de boxistas, Prefeitura admite avaliar outra área para transferência do Camelódromo, em alternativa ao PUM**. 21 out. 2019i. Disponível em: <g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/10/21/boxistas-se-manifestam-contrarealocacao-ao-parque-de-uso-multiplo-durante-o-periodo-de-reforma-do-camelodromo.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2020.

HIRAO, H. Paisagem Histórica de Presidente Prudente (Vila Goulart e Vila Marcondes): cenário e atmosfera na cidade atual. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL PATRIMÔNIO e PROJETO, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2016, p.1-15.

IBGE. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Síntese de Indicadores Sociais — Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas — Informação Demográfica e Socioeconômica, n.39. Rio de Janeiro, 2018.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v.16, n.2, p.47-58, maio/ago. 2004.

PEREIRA, S. R. Expansão e estruturação interna do espaço urbano em Presidente Prudente-SP. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v.1, n.9, p.34-68, 2002.

QUINTÃO, P. R. **Morar na rua: há projeto possível?** 2012. Dissertação (Mestrado) — Pós-Graduação em Projeto, Espaço e Cultura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHOR, S. É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2010. Cadernos Cidades/ Metrôpole. Disponível em: <sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,e-utopia-pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua-imp-559677>. Acesso em: jul. 2019.

VARGAS, H. C. Da arquitetura corporativa à cidade corporativa. In: Simpósio A cidade nas Américas, perspectivas da forma urbanística no séc. XXI, 51, 2003, Santiago. **Anais...** Santiago: Universidade do Chile, 2003.

---

### **SOBRE OS AUTORES**

Alunos de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste).

brunaels@hotmail.com

tj\_felipe@outlook.com